



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**

**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO RIO DE JANEIRO – CREA-RJ**

# **PREGÃO ELETRÔNICO**

**90.002/2026**

## **CONTRATANTE (UASG)**

**389090**

## **OBJETO**

Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de seguro total da frota veicular oficial do Crea-RJ.

## **VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO**

R\$105.843,07 (cento e cinco mil, oitocentos e quarenta e três reais e sete centavos)

## **DATA DA SESSÃO PÚBLICA**

Dia 16/06/2026 às 10 h (horário de Brasília)

## **CRITÉRIO DE JULGAMENTO:**

Menor preço global

## **MODO DE DISPUTA:**

Aberto

## **TRATAMENTO FAVORECIDO PARA ME/EPP/EQUIPARADAS**

**NÃO**

## **MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM**

**NÃO**

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO RIO DE JANEIRO – CREA-RJ**  
**EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.002/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2025400904**  
**UASG CREA-RJ: 389090**

SUMÁRIO

1. DO OBJETO	2
2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	3
3. DO ORÇAMENTO ESTIMADO	4
4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	4
5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA	6
6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES	7
7. DA FASE DE JULGAMENTO	9
8. DA FASE DE HABILITAÇÃO	11
9. DO TERMO DE CONTRATO	13
10. DOS RECURSOS	13
11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES	14
12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	16
13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	17

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO RIO DE JANEIRO – CREA-RJ**  
**EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.002/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2025400904**  
**UASG CREA-RJ: 389090**

Torna-se público que o **Crea-RJ**, sediado na Rua Buenos Aires, nº 40 – Centro – Rio de Janeiro - RJ, realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

**1. DO OBJETO**

**1.1.** O objeto da presente licitação é a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de seguro total da frota veicular oficial do Crea-RJ, com cobertura abrangendo colisão, incêndio, roubo e furto, na modalidade valor de mercado referenciado, correspondente a 100% (cem por cento) da tabela FIPE, incluindo assistência 24 (vinte e quatro) horas, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

**1.2.** A licitação será realizada em grupo único, formado por 10 itens, conforme tabela constante no Termo de Referência - Anexo I, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem. Os itens objeto da presente licitação são os que seguem:

Lote	Item	Especificação	CATSER	Unidade	Quantidade	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
único	1	Veículo de passeio Modelo: Kwid Zen 1.0 mecânico Marca: Renault Ano/Modelo: 2019/2020	30127	Unidade	09	R\$ 1.615,25	R\$ 14.537,25
	2	Veículo de passeio Modelo: Kwid Zen 1.0 mecânico Marca: Renault Ano/Modelo: 2020/2021	30127	Unidade	10	R\$ 1.726,46	R\$ 17.264,60
	3	Veículo de passeio Modelo: Kwid Zen 1.0 mecânico Marca: Renault Ano/Modelo: 2021/2022	30127	Unidade	09	R\$ 1.738,74	R\$ 15.648,66
	4	Veículo de passeio Modelo: Mobi Like Marca: Fiat Ano/Modelo: 2022/2023	30127	Unidade	05	R\$ 1.434,73	R\$ 7.173,65
	5	Veículo de passeio Modelo: HB20 1.0TM comfort Marca: Hyundai Anos: 2023/2024	30127	Unidade	20	R\$ 1.685,96	R\$ 33.719,20
	6	Veículo de passeio Modelo: Logan Expression HP Marca: Renault Ano: 2013	30127	Unidade	2	R\$ 1.302,50	R\$ 2.605,00
	7	Veículo de passeio Modelo: Yaris SA XS15 Marca: Toyota Ano: 2023	30127	Unidade	1	R\$ 2.117,10	R\$ 2.117,10
	8	Veículo de passeio Modelo: L200 Triton sport GL Marca: Mitsubishi Ano: 2023	30127	Unidade	1	R\$ 5.520,10	R\$ 5.520,10

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO RIO DE JANEIRO – CREA-RJ**  
**EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.002/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2025400904**  
**UASG CREA-RJ: 389090**

9	Veículo de passeio Modelo: Corolla XEI Flex Marca: Toyota Ano: 2016	30127	Unidade	1	R\$ 2.366,45	R\$ 2.366,45
10	Van Modelo: Master minibus L3H2 Marca: Renault Ano: 2017	30127	Unidade	1	R\$ 4.891,06	R\$ 4.891,06
<b>Valor total estimado</b>						<b>R\$ R\$ 105.843,07</b>

**1.3** Em caso de discordância existente entre as especificações do objeto descritas no “CATSER” e as constantes deste Edital, prevalecerão as últimas.

## **2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

**2.1.** Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

**2.1.1.** Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

**2.2.** A Licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

**2.3.** É de responsabilidade da cadastrada conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

**2.3.1.** A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

**2.4.** Não será concedido tratamento favorecido para as microempresas, empresas de pequeno porte e figuras equiparadas, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, em razão da incidência, no caso, do art. 4º, §1º da Lei nº 14.133, de 2021.

**2.5.** Não poderão disputar esta licitação:

**2.5.1.** aquele que não atenda às condições deste Edital e seus anexos;

**2.5.2.** sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

**2.5.3.** sociedades cooperativas;

**2.5.4.** empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

**2.5.5.** pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

**2.5.6.** aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do Crea-RJ ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO RIO DE JANEIRO – CREA-RJ**  
**EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.002/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2025400904**  
**UASG CREA-RJ: 389090**

deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

**2.5.7.** empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

**2.5.8.** pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do Edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

**2.5.9.** pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

**2.5.10.** Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição.

**2.5.11.** pessoas físicas.

**2.5.12.** É vedada a participação de corretores, consoante o § 3º do artigo 16 do Decreto nº 60.459/67, considerados os princípios da licitação constantes da Lei nº 14.133/21 e do art. 37, XXI, da Constituição Federal e jurisprudência do Tribunal de Contas da União sobre a matéria (Decisões nº 938/2002-TCU-Plenário e nº 400/1995-TCU Plenário), devendo a proposta ser apresentada por seguradora, na forma da alínea "b" do artigo 18 da Lei nº 4.594, de 29/12/1964.

**2.6.** Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do Crea-RJ, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

**2.7.** O impedimento de que trata o item **2.5.5.** será também aplicado à Licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica da Licitante.

**2.8.** A vedação de que trata o item **2.6.** estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

### **3. DO ORÇAMENTO ESTIMADO**

**3.1.** O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

### **4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

**4.1.** Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

**4.2.** As Licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

**4.3.** No cadastramento da proposta inicial, a Licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO RIO DE JANEIRO – CREA-RJ**  
**EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.002/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2025400904**  
**UASG CREA-RJ: 389090**

- 4.3.1.** está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- 4.3.2.** não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- 4.3.3.** não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o Disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- 4.3.4.** cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 4.4.** Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:
- 4.4.1.** de cujo capital participe outra pessoa jurídica;
- 4.4.2.** que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;
- 4.4.3.** de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
- 4.4.4.** cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
- 4.4.5.** cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
- 4.4.6.** constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;
- 4.4.7.** que participe do capital de outra pessoa jurídica;
- 4.4.8.** que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;
- 4.4.9.** resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;
- 4.4.10.** constituída sob a forma de sociedade por ações.
- 4.4.11.** cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.
- 4.5.** O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema que desenvolve programa de integridade, nos termos do Decreto nº 12.304, de 2024, e da Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025, para fazer jus ao benefício do critério de desempate previsto no art. 60, caput, inciso IV, da lei n. 14.133, de 2021.

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO RIO DE JANEIRO – CREA-RJ**  
**EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.002/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2025400904**  
**UASG CREA-RJ: 389090**

**4.6.** A falsidade da declaração de que tratam os itens **4.3.**, **4.4.** ou **4.6** sujeitará a Licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

**4.7.** As Licitantes poderão retirar ou substituir a proposta, até a abertura da sessão pública.

**4.8.** Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pela Licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

**4.9.** Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta das Licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

**4.10.** Caberá à Licitante interessada em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de mensagens emitidas pelo Crea-RJ ou de sua desconexão.

**4.11.** A Licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## **5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

**5.1.** A Licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

**5.1.1.** Valor unitário e total do item e do grupo;

**5.2.** Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Licitante.

**5.3.** Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

**5.4.** Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade da Licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

**5.5.** Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

**5.6.** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

**5.7.** A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo a proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

**5.7.1.** O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.

**5.7.2.** Os Licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas.

**5.7.3.** Os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência;

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO RIO DE JANEIRO – CREA-RJ**  
**EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.002/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2025400904**  
**UASG CREA-RJ: 389090**

**5.8.** O descumprimento das regras supramencionadas pelo Crea-RJ, por parte dos contratados, pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

**6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

**6.1.** A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

**6.2.** Os Licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

**6.3.** O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e as Licitantes.

**6.4.** Iniciada a etapa competitiva, as Licitantes deverão encaminhar lances, exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

**6.5.** O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

**6.6.** Os Licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

**6.7.** O Licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

**6.8.** O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de **0,1%** (um décimo por cento).

**6.9.** O Licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

**6.10.** O procedimento seguirá de acordo com o modo de **disputa aberto**.

**6.11.** As Licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

**6.11.1.** A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

**6.11.2.** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

**6.11.3.** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

**6.11.4.** Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos **5%** (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO RIO DE JANEIRO – CREA-RJ**  
**EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.002/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2025400904**  
**UASG CREA-RJ: 389090**

de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

**6.11.5.** Após o reinício previsto no item supra, as Licitantes serão convocadas para apresentar lances intermediários.

**6.12.** Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

**6.13.** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

**6.14.** Durante o transcurso da sessão pública, as Licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação da Licitante.

**6.15.** No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível às licitantes para a recepção dos lances.

**6.16.** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

**6.17.** Caso a Licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

**6.18.** Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).

**6.19.** Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

**6.19.1.** disputa final, hipótese em que as Licitantes empatadas poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

**6.19.2.** desenvolvimento pela Licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme Decreto nº 11.430, de 8 de março de 2023, e da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 382, de 17 de setembro de 2025;

**6.19.3.** declaração do licitante de que desenvolve programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024, e Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025.

**6.20.** Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

**6.20.1.** empresas estabelecidas no território do Estado do Rio de Janeiro;

**6.20.2.** empresas brasileiras;

**6.20.3.** empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

**6.20.4.** empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

**6.21.** Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

**6.22.** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

**6.22.1.** Tratando-se de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO RIO DE JANEIRO – CREA-RJ**  
**EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.002/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2025400904**  
**UASG CREA-RJ: 389090**

ou a entidade e serão observados como critério de aceitabilidade os preços unitários máximos definidos no Termo de Referência;

**6.22.2.** A negociação poderá ser feita com as demais Licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pelo Crea-RJ.

**6.22.3.** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais Licitantes.

**6.22.4.** O resultado da negociação será divulgado a todos as Licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

**6.22.5.** O pregoeiro solicitará à Licitante mais bem classificada que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado, após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

**6.22.6.** É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pela Licitante, antes de findo o prazo.

**6.23.** Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **7. DA FASE DE JULGAMENTO**

**7.1.** Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se a Licitante provisoriamente classificada em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item **3.5.** do Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

**7.1.1. SICAF;**

**7.1.2.** Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>);

**7.1.3.** Cadastro Nacional de Empresas Punidas – **CNEP**, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>); e

**7.1.4.** Lista de licitantes inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União.

**7.2.** A consulta aos cadastros será realizada em nome e no CNPJ da empresa licitante.

**7.2.1.** A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

**7.3.** Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas ao CEIS, CNEP e Lista de licitantes inidôneos pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.

**7.4.** Caso conste na Consulta de Situação da Licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO RIO DE JANEIRO – CREA-RJ**  
**EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.002/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2025400904**  
**UASG CREA-RJ: 389090**

- 7.4.1.** A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
- 7.4.2.** O Licitante será convocada para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.
- 7.4.3.** Constatada a existência de sanção, a Licitante será reputada inabilitada, por falta de condição de participação.
- 7.5.** Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.
- 7.5.1** Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto nos arts. 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.
- 7.6.** Será desclassificada a proposta vencedora que:
- 7.6.1.** conter vícios insanáveis;
- 7.6.2.** não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- 7.6.3.** **apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação, conforme item 1.2 do presente edital;**
- 7.6.4.** não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pelo Crea-RJ;
- 7.6.5.** não cumpra os critérios de aceitabilidade de preços definidos no Termo de Referência;
- 7.6.6.** apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 7.7.** É indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pelo Crea-RJ.
- 7.7.1.** A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:
- a)** que o custo da Licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- b)** inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 7.8.** Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 7.9.** Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;
- 7.9.1.** O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- 7.9.2.** Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO RIO DE JANEIRO – CREA-RJ**  
**EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.002/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2025400904**  
**UASG CREA-RJ: 389090**

**7.10.** Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

## **8. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

**8.1.** Os documentos previstos no Termo de Referência, são necessários e suficientes para demonstrar a capacidade da Licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos artigos 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

**8.1.1.** A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

**8.2.** Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

**8.3.** Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

**8.4.** Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

**8.5.** Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral, emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

**8.6.** Será verificado se a Licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

**8.7.** Será verificado se a Licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

**8.8.** O Licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

**8.9.** Considerando que na presente contratação a avaliação prévia dos veículos a serem segurados é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece as condições e peculiaridades de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia, nos termos do item 4.5 e seguintes do Termo de Referência.

**8.9.1.** O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado através do e-mail: sflo@crea-rj.org.br, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO RIO DE JANEIRO – CREA-RJ**  
**EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.002/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2025400904**  
**UASG CREA-RJ: 389090**

- 8.9.2.** Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.
- 8.10.** A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.
- 8.10.1.** Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.
- 8.11.** É de responsabilidade da Licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput).
- 8.11.1.** A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 8.12.** A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 8.12.1.** Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de até 2 horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.
- 8.13.** A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação à Licitante vencedora.
- 8.13.1.** Os documentos relativos à regularidade fiscal que constam do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas da Licitante mais bem classificada.
- 8.14.** Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 8.12.1, poderá ser admitida mediante decisão fundamentada do Pregoeiro, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até duas horas, para:
- 8.14.1.** a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;
- 8.14.2.** atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
- 8.14.3.** suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;
- 8.14.4.** Suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.
- 8.15.** Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.
- 8.16.** Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia, para fins de habilitação e classificação.
- 8.17.** Na hipótese de a Licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO RIO DE JANEIRO – CREA-RJ**  
**EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.002/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2025400904**  
**UASG CREA-RJ: 389090**

apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital, observado o prazo disposto no subitem **8.12.1**.

**8.18.** Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação da Licitante cuja proposta atenda ao Edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

## **9. DO TERMO DO CONTRATO**

**9.1.** Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

**9.2.** O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

**9.3.** Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 5 (cinco) dias úteis; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

**9.4.** O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

**9.4.1.** referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

**9.4.2.** a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;

**9.4.3.** a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

**9.5.** Os prazos dos itens 9.2 e 9.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

**9.6.** O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

**9.7.** Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

**9.7.1.** A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

## **10. DOS RECURSOS**

**10.1.** A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de Licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO RIO DE JANEIRO – CREA-RJ**  
**EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.002/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2025400904**  
**UASG CREA-RJ: 389090**

**10.2.** O prazo recursal é de **3 (três) dias úteis**, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

**10.3.** Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação da Licitante:

**10.3.1.** a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

**10.3.2.** o prazo para a manifestação da intenção de recorrer será de 30 (trinta) minutos;

**10.3.3.** o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

**10.4.** Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

**10.5.** O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**10.6.** Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

**10.7.** O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelas demais Licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

**10.8.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

**10.9.** O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

**10.10.** Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico [licitacrea@crea-rj.org.br](mailto:licitacrea@crea-rj.org.br).

## **11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

**11.1.** Comete infração administrativa, nos termos da lei, a Licitante que, com dolo ou culpa:

**11.1.1.** deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

**11.1.2.** salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

**a)** não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

**b)** recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

**c)** pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; e

**d)** apresentar proposta em desacordo com as especificações do Edital.

**11.1.3.** não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

**11.1.3.1.** recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a aceitar ou a retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pelo Crea-RJ.

**11.1.4.** apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

**11.1.5.** fraudar a licitação;

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO RIO DE JANEIRO – CREA-RJ**  
**EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.002/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2025400904**  
**UASG CREA-RJ: 389090**

- 11.1.6.** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial, quando:
- a)** agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
  - b)** induzir deliberadamente a erro no julgamento.
- 11.1.7.** praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 11.1.8.** praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.
- 11.2.** Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, o Crea-RJ poderá, garantida a prévia defesa, aplicar às Licitantes e/ou adjudicatárias as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 11.2.1.** advertência;
  - 11.2.2.** multa;
  - 11.2.3.** impedimento de licitar e contratar; e
  - 11.2.4.** declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 11.3.** Na aplicação das sanções serão considerados:
- 11.3.1.** a natureza e a gravidade da infração cometida;
  - 11.3.2.** as peculiaridades do caso concreto;
  - 11.3.3.** as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
  - 11.3.4.** os danos que dela provierem para a Administração Pública;
  - 11.3.5.** a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 11.4.** A multa será recolhida no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
- 11.4.1.** Para as infrações previstas nos itens **11.1.1.**, **11.1.2.** e **11.1.3.**, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
  - 11.4.2.** Para as infrações previstas nos itens **11.1.3.1.**, **11.1.4.**, **11.1.5.**, **11.1.6.**, **11.1.7.** e **11.1.8.**, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
- 11.5.** As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 11.6.** Na aplicação da sanção de multa, será facultada a defesa do interessado, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 11.7.** A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens **11.1.1.**, **11.1.2.** e **11.1.3.** e **11.1.3.1.** quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito federativo do Crea-RJ, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 11.8.** Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens **11.1.4.**, **11.1.5.**, **11.1.6.**, **11.1.7.** e **11.1.8.**, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens **11.1.1.**, **11.1.2.**, **11.1.3.** e **11.1.3.1.**, que justifiquem a imposição de penalidade mais



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO RIO DE JANEIRO – CREA-RJ**  
**EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.002/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2025400904**  
**UASG CREA-RJ: 389090**

grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021 .

**11.9.** A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pelo Crea-RJ, descrita no item **11.1.3.1**, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME nº 73, de 2022.

**11.10.** A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará a Licitante ou a adjudicatária para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

**11.11.** Caberá recurso, no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**11.12.** Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

**11.13.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

**11.14.** A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

**11.15.** Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

**11.15.1.** Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

## **12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

**12.1.** Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes do dia útil imediatamente anterior à data de abertura do certame.

**12.2.** A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

**12.3.** A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, no endereço [licitacrea@crea-rj.org.br](mailto:licitacrea@crea-rj.org.br) .

**12.4** As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO RIO DE JANEIRO – CREA-RJ**  
**EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.002/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2025400904**  
**UASG CREA-RJ: 389090**

- 12.4.1.** A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.
- 12.5.** Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

**13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

- 13.1.** Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
- 13.2.** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
- 13.3.** Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 13.4.** A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 13.5.** As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse do Crea-RJ, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 13.6.** Os Licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e o Crea-RJ não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 13.7.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.
- 13.7.1.** Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente no Crea-RJ.
- 13.8.** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento da Licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 13.9.** Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 13.10.** O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://novoportal.crea-rj.org.br/gestao-transparente/licitacoes-e-contratos/licitacoes/>
- 13.11.** Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 13.11.1.** Anexo I - Termo de Referência;
- 13.11.1.1.** Apêndice I ao Termo de Referência - Planilha de especificação/descrição dos veículos;
- 13.11.2.** Anexo II - Modelo da Proposta de Pregos; e
- 13.11.3.** Anexo III - Minuta de Termo de Contrato.

Rio de Janeiro, 29 de maio de 2026.

**Engenheiro Civil Luiz Carneiro de Oliveira**  
1º Vice-Presidente no exercício da Presidência do Crea-RJ

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO RIO DE JANEIRO – CREA-RJ**  
**EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.002/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2025400904**  
**UASG CREA-RJ: 389090**

**ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA**



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**

**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO RIO DE JANEIRO – CREA-RJ**

## **TERMO DE REFERÊNCIA**

**Nº 026 / 2025 – SFLO – (Rev.05)**

**Processo Administrativo nº 2025400904**

**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE  
SEGURO TOTAL DA FROTA VEICULAR OFICIAL DO CONSELHO REGIONAL  
DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO RIO DE JANEIRO – CREA-RJ**

Rio de Janeiro, 16 de abril de 2026.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**

**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO RIO DE JANEIRO – CREA-RJ**

**1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO**

**1.1.** Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de seguro total da frota veicular oficial do Crea-RJ, com cobertura compreensiva, abrangendo colisão, incêndio, roubo e furto, na modalidade valor de mercado referenciado, correspondente a 100% (cem por cento) da tabela FIPE, incluindo assistência 24 (vinte e quatro) horas, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Lote	Item	Veículo	CATSER	Unidade	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
Único	1	Veículo de passeio Modelo: Kwid Zen 1.0 mecânico Marca: Renault Ano/Modelo: 2019/2020	30127	Unidade	9	R\$ 1.615,25	R\$ 14.537,25
	2	Veículo de passeio Modelo: Kwid Zen 1.0 mecânico Marca: Renault Ano/Modelo: 2020/2021	30127	Unidade	10	R\$ 1.726,46	R\$ 17.264,60
	3	Veículo de passeio Modelo: Kwid Zen 1.0 mecânico Marca: Renault Ano/Modelo: 2021/2022	30127	Unidade	9	R\$ 1.738,74	R\$ 15.648,66
	4	Veículo de passeio Modelo: Mobi Like Marca: Fiat Ano/Modelo: 2022/2023	30127	Unidade	5	R\$ 1.434,73	R\$ 7.173,65
	5	Veículo de passeio Modelo: HB20 1.0TM comfort Marca: Hyundai Ano/Modelo: 2023/2024	30127	Unidade	20	R\$ 1.685,96	R\$ 33.719,20
	6	Veículo de passeio Modelo: Logan Expression HP Marca: Renault Ano: 2013	30127	Unidade	2	R\$ 1.302,50	R\$ 2.605,00
	7	Veículo de passeio Modelo: Yaris SA XS15 Marca: Toyota Ano: 2023	30127	Unidade	1	R\$ 2.117,11	R\$ 2.117,11
	8	Veículo de passeio Modelo: L200 Triton sport GL Marca: Mitsubishi Ano: 2023	30127	Unidade	1	R\$ 5.520,10	R\$ 5.520,10
	9	Veículo de passeio Modelo: Corolla XEI Flex Marca: Toyota Ano: 2016	30127	Unidade	1	R\$ 2.366,45	R\$ 2.366,45
	10	Van Modelo: Master minibus L3H2 Marca: Renault Ano: 2017	30127	Unidade	1	R\$ 4.891,06	R\$ 4.891,06
Valor total estimado							<b>R\$ 105.843,07</b>



## **SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**

### **CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO RIO DE JANEIRO – CREA-RJ**

Observação: Havendo eventual divergência entre a descrição do código do “CATSER” e a especificação do item da tabela acima, prevalece a exigência da descrição da tabela.

#### **Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade**

**1.2.** Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, de acordo com artigo 6º, inciso XIII, da Lei Nº 14.133/2021.

#### **Classificação do objeto quanto ao modelo de execução**

**1.3.** O serviço é enquadrado como continuado, sem dedicação exclusiva de mão de obra, prestado de forma permanente, mediante coberturas securitárias e assistência 24 horas, garantindo a proteção contínua da frota oficial do Crea-RJ e a preservação do patrimônio público, conforme o Estudo Técnico Preliminar.

#### **Prazo de vigência**

**1.4.** O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

**1.5.** O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

**2.1.** A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

**2.2.** A contratação do Seguro Veicular não está prevista no Plano de Contratações Anual (PCA) de 2026. Contudo, por decisão da gestão, a contratação foi autorizada diante da demanda inadiável apresentada pelo Conselho. A medida visa garantir a adequada proteção dos bens e das atividades institucionais, o que justifica a contratação por interesse público e necessidade administrativa, ainda que não prevista no planejamento inicial do PCA 2026.



## SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

### CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO RIO DE JANEIRO – CREA-RJ

### 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

**3.1.** A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

### 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

#### Sustentabilidade

**4.1.** Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, deverão ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

**4.1.1. Veículos e combustíveis menos poluentes** – priorizar a contratação de veículos com menor emissão de gases poluentes e incentivar o uso de combustíveis alternativos ou de menor impacto ambiental;

**4.1.2. Redução de impactos ambientais nos serviços** – utilizar meios digitais para emissão de apólices, relatórios e comunicação de sinistros, reduzindo o uso de papel e sempre que viável, deverão ser realizadas vistorias e registros de sinistros por plataformas digitais, minimizando deslocamentos;

**4.1.3. Gestão de resíduos e descarte adequado** – oficinas e prestadores de serviços credenciados deverão seguir práticas de gerenciamento correto de resíduos, incluindo peças, óleos, baterias e pneus e recomenda-se a utilização de peças de reposição recicladas ou descondicionadas, sem prejuízo da segurança dos veículos;

**4.1.4. Assistência 24 horas com práticas sustentáveis** – priorizar prestadores de serviços de guincho ou socorro que utilizem veículos eficientes ou combustíveis menos poluentes e planejar rotas de atendimento que reduzam consumo de combustível e emissões;

**4.1.5. Capacitação e conscientização ambiental** – promover ações de capacitação de motoristas e equipes sobre direção econômica e segura e devem ser incentivadas práticas de manutenção preventiva e uso racional de recursos, visando à redução de impactos ambientais;

**4.1.6. Comunicação Eletrônica:** A contratada deverá adotar o meio eletrônico (e-mail, plataforma online etc.) para comunicações e envio de documentos, salvo quando estritamente necessário ou por solicitação da Contratante, visando à redução do consumo de recursos naturais.



## **SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**

### **CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO RIO DE JANEIRO – CREA-RJ**

#### **4.2 Descrição dos Requisitos da Contratação**

**4.2.1.** A seguradora contratada deverá estar devidamente autorizada a operar no território nacional, registrada e habilitada pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

**4.2.2.** Fica vedada a participação de corretor de seguros, seja pessoa física ou jurídica, com fundamento no artigo 122 do Decreto-Lei n. 73/1966, no artigo 100 do Regulamento do Decreto-Lei 73/1966, no Acórdão TCU 600/2015 e no PARECER Nº 06/2015/CPLC/DEPCONSU/PGF/AGU.

**4.2.2.1.** Tal entendimento encontra-se igualmente adotado em processos licitatórios de contratação de seguros realizados por diversos órgãos da Administração Pública, conforme editais de referência utilizados na elaboração do presente Termo de Referência, a saber:

- a) Pregão Eletrônico 90022/2025 - SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DA 10ª REGIÃO FISCAL (UASG 170177);
- b) Pregão Eletrônico 90010/2026 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO (UASG 080009);
- c) Pregão Eletrônico 90002/2025 - JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL (UASG 090020);

**4.2.3.** A seguradora deverá disponibilizar canal de atendimento acessível via telefone, aplicativo e/ou plataforma web, por meio do qual a Contratante poderá acionar os serviços contratados. O atendimento deverá ser imediato, assegurando resposta emergencial adequada e encaminhamento das providências necessárias diretamente pela seguradora ou por sua rede credenciada.

**4.2.4.** O serviço de assistência 24 horas deverá apresentar tempo de resposta compatível com a realidade geográfica das localidades, incluindo áreas de difícil acesso. A assistência poderá ser prestada diretamente pela seguradora ou por intermédio de rede credenciada, desde que comprovada a capacidade técnica de atendimento adequada ao escopo contratado.

**4.2.5.** As coberturas entrarão em vigor imediatamente após a entrega da apólice à Administração, sem aplicação de qualquer período de carência.

**4.2.6.** Deverá conter a identificação completa e individualizada de cada veículo segurado, com todas as características necessárias à perfeita distinção do bem.

**4.2.7.** Correções administrativas poderão ser solicitadas pela Contratante, desde que





## **SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**

### **CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO RIO DE JANEIRO – CREA-RJ**

justificadas, devendo a seguradora efetivá-las no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, sem ônus adicional.

**4.2.8.** Atendimento a sinistros, com prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos para realização de vistoria e liberação dos serviços, contados a partir da formalização do aviso, admitida prorrogação em casos excepcionais, desde que devidamente justificada pela seguradora e previamente autorizada pela Contratante.

**4.2.9.** Disponibilização de central de atendimento ininterrupta (24 horas por dia, 7 dias por semana), acessível via telefone, aplicativo e/ou plataforma web.

**4.2.10.** Atendimento emergencial realizado diretamente pela seguradora ou por rede credenciada.

**4.2.11.** Quando tecnicamente necessário, deverá ser disponibilizado atendimento presencial no local do sinistro.

**4.2.12.** Garantia integral das coberturas contratadas, abrangendo indenizações, reparos, reboques, transporte de passageiros e demais serviços previstos.

**4.2.13.** A CONTRATADA poderá apresentar a relação de oficinas já cadastradas, credenciadas ou autorizadas na Companhia Seguradora. Mas, neste caso, a relação servirá tão somente para seleção da Oficina por parte do CONTRATANTE, não tendo a referida relação poder de gerar qualquer obrigação por parte do CONTRATANTE a executar os serviços somente nas oficinas indicadas.

**4.2.14.** Em caso de sinistros em que o veículo aceite recuperação, a escolha da oficina para execução do serviço ficará a cargo do CONTRATANTE. A CONTRATADA deverá cadastrar / credenciar / autorizar a oficina indicada pelo CONTRATANTE na Companhia Seguradora. Da Apólice.

**4.2.15.** A apólice de seguro deverá abranger, no mínimo, as garantias básicas, devendo contemplar, entre outras, as coberturas contra colisão, incêndio, roubo/furto e danos a terceiros, conforme especificações técnicas contidas neste Termo de Referência.

**4.2.16.** A apólice deverá ser emitida em até 5 dias corridos após a assinatura do contrato;

**4.2.17.** A emissão deverá resultar em UMA ÚNICA APÓLICE contendo a relação dos veículos que ocorrerá por meio eletrônico, não gerando custo para a Contratante.

#### **Franquia:**

**4.2.18.** A franquia não deverá ser objeto de classificação das propostas, que serão avaliadas exclusivamente em função dos preços propostos (prêmio);



## **SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**

### **CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO RIO DE JANEIRO – CREA-RJ**

**4.2.19.** Em caso de sinistro, o valor referente à franquia deverá ser pago pela CONTRATANTE à Seguradora emitente da apólice, que se responsabilizará pelo repasse à concessionária/oficina que promover o conserto do veículo;

**4.2.20.** O prazo para a Seguradora providenciar o envio de veículos sinistrados à concessionária/oficina, nos casos em que o envio não ocorre no momento do sinistro, é de até 5 (cinco) dias úteis;

**4.2.21.** No caso de envio de veículos para concessionária/oficina, a Seguradora deverá apresentar proposta à Contratante com o cronograma estimado para conserto do veículo;

**4.2.22.** Não haverá cobrança de franquia em caso de Indenização Integral ou danos causados por incêndio, queda de raio e /ou explosão ou perda total;

#### **Dos Bônus:**

**4.2.23.** A licitante vencedora, independentemente de ser ou não a atual contratada, deverá garantir a manutenção da classe de bônus existente na apólice anterior, quando comprovada por carta de transferência de bônus, conforme regulamentação vigente da SUSEP.

#### **Abrangência Operacional:**

**4.2.24.** A cobertura deverá abranger todo o território nacional, sem restrições de circulação, permanência ou operação dos veículos segurados.

**4.2.25.** A contratada deverá manter rede credenciada e estrutura operacional apta a atender de forma tempestiva as demandas do contrato, incluindo deslocamento técnico a áreas de difícil acesso, quando necessário.

**4.2.26.** A contratada deverá utilizar sistemas eletrônicos seguros e homologados para emissão de apólices, comunicação de sinistros e envio de documentos.

**4.2.27.** A execução dos serviços deverá obedecer aos padrões técnicos do mercado segurador, conforme normas da SUSEP e legislação aplicável.

**4.2.28.** A comunicação formal entre as partes deverá ocorrer, preferencialmente, por meios eletrônicos institucionais, com registro e confirmação de recebimento.

**4.2.29.** Para ordens de serviço e notificações contratuais, serão utilizados: correio eletrônico com confirmação de leitura ou carta com aviso de recebimento (AR), conforme o caso.

#### **Alteração de Veículos Segurados (Endosso):**

**4.2.30.** Quaisquer alterações tais como: inclusão, substituição e exclusão de veículos, na



## **SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**

### **CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO RIO DE JANEIRO – CREA-RJ**

apólice poderão ser solicitadas pela Contratante e processadas pela seguradora, mediante endosso.

**4.2.31.** Poderá ser solicitada, mediante emissão de endosso, correção de nome do segurado, endereço, local de permanência e unidade da federação para utilização do veículo, chassi e placas dos veículos emitidos erroneamente, entre outras necessidades referentes ao objeto desta contratação, durante o período da vigência da apólice.

**4.2.32.** A emissão de Endosso não deverá ser superior ao prazo de 15 (quinze) dias corridos, a contar de pedido expresso pela respectiva unidade fiscalizadora do contrato.

**4.2.33.** Os veículos que não fazem parte desta contratação, poderão ao longo da vigência da apólice, serem inseridos obedecendo às normas de inclusão por endosso.

**4.2.34.** As inclusões e substituições deverão ter o valor do prêmio recalculado proporcionalmente ao tempo restante da vigência, observando-se as características do veículo acrescido e aplicando-se as mesmas taxas e condições constantes da proposta vencedora.

**4.2.35.** Nas exclusões, a contratada deverá restituir à Contratante o valor proporcional do prêmio referente ao período não utilizado, calculado com base na aritmética simples, sem aplicação de encargos adicionais.

### **Subcontratação**

**4.3.** Não será admitida a subcontratação do objeto contratual deste Termo de Referência.

**4.3.1.** O contratante não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo e Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

### **Garantia da contratação**

**4.4.** Não haverá exigência da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

### **Vistoria**

**4.5.** A licitante poderá, a seu critério, vistoriar os veículos a serem segurados, por servidor do Crea-RJ, designado para este fim, até o terceiro dia útil anterior à data fixada para abertura da sessão



## **SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**

### **CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO RIO DE JANEIRO – CREA-RJ**

pública, com o objetivo de inteirar-se das condições e grau de dificuldade existente, mediante agendamento prévio, através do e-mail [sflo@crea-rj.org.br](mailto:sflo@crea-rj.org.br).

**4.6.** Eventual vistoria realizada nos veículos será de inteira responsabilidade da seguradora, não acarretando qualquer ônus ao CREA-RJ.

**4.7.** Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

**4.8.** Caso o interessado opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

## **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO**

### **Condições de Execução**

**5.1.** A execução do contrato compreende a prestação de serviços de seguro veicular para a frota do CREA, conforme especificações, coberturas e veículos descritos neste Termo de Referência. A execução do objeto desta contratação deverá seguir a seguinte dinâmica:

**5.1.1.** A execução do objeto contratual terá início em até 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da assinatura do contrato, observadas as condições estabelecidas neste Termo de Referência.

**5.1.2.** A execução do contrato compreende a prestação de serviços de seguro veicular para a frota do CREA, conforme especificações, coberturas e veículos descritos neste Termo de Referência.

**5.1.3.** A contratada deverá garantir cobertura securitária para todos os veículos relacionados no presente instrumento, observadas as condições estabelecidas neste Termo de Referência e na apólice de seguro emitida.

**5.1.4.** Emissão da Apólice



## **SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**

### **CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO RIO DE JANEIRO – CREA-RJ**

**5.1.4.1.** A contratada deverá emitir apólice única de seguro contemplando todos os veículos constantes neste Termo de Referência, vinculada ao contrato administrativo decorrente do presente processo licitatório.

**5.1.4.2.** A apólice deverá conter todas as coberturas, limites, franquias e condições estabelecidas neste Termo de Referência e na proposta apresentada pela contratada.

#### **5.1.5. Padronização da Vigência**

**5.1.5.1.** A apólice deverá possuir data inicial única de vigência para todos os veículos segurados, independentemente das datas de término das apólices anteriormente contratadas.

**5.1.5.2.** Caso existam apólices ainda vigentes no momento da contratação, caberá à contratada realizar os ajustes necessários para inclusão dos veículos na nova apólice, garantindo a unificação da vigência do seguro da frota.

#### **5.1.6. Inclusão e Exclusão de Veículos**

**5.1.6.1.** Durante a vigência contratual, a Administração poderá solicitar a inclusão ou exclusão de veículos na apólice, conforme necessidade do serviço.

**5.1.6.2.** Nos casos de inclusão de novos veículos, a contratada deverá providenciar a emissão de endosso correspondente, mantendo as mesmas condições contratuais e observando a vigência da apólice principal.

**5.1.6.3.** Nos casos de exclusão de veículos, a contratada deverá realizar o respectivo endosso e proceder ao ajuste proporcional do valor do prêmio, quando aplicável.

### **Local e horário da prestação de serviços**

**5.2.** A prestação dos serviços de seguro veicular não se vincula a um endereço físico específico, tendo em vista que o objeto contratado consiste na gestão e proteção securitária da frota



## **SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**

### **CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO RIO DE JANEIRO – CREA-RJ**

institucional, por meio de apólices emitidas e administradas pela seguradora, com acionamento remoto em casos de sinistro.

**5.2.1.** Os serviços serão operacionalizados de forma predominantemente administrativa, abrangendo o acompanhamento contínuo das apólices, comunicação de sinistros, suporte técnico e acionamento das coberturas, podendo ser realizados independentemente de local físico determinado.

**5.2.2.** Eventuais vistorias presenciais ou visitas técnicas aos veículos ocorrerão apenas quando necessárias, dentro do escopo da cobertura contratada e mediante prévio agendamento com o Crea-RJ.

**5.3.** Os serviços contratados deverão ter abrangência de 24 (vinte e quatro) horas por dia, em todos os dias da semana, inclusive finais de semana e feriados, considerando que a frota veicular oficial poderá ser utilizada em diferentes turnos e localidades.

**5.3.1.** Tal característica é inerente ao seguro veicular, que deve assegurar cobertura contínua contra riscos de sinistros, furtos, roubos e colisões, garantindo proteção patrimonial e suporte imediato sempre que necessário.

### **Rotinas a serem cumpridas**

**5.4.** A execução contratual observará, no mínimo, as seguintes rotinas operacionais:

**5.4.1.** Gestão das Apólices – Compreende a emissão, renovação, atualização e administração das apólices de seguro, incluindo coberturas contratadas, e inclusão ou exclusão de veículos da frota. A apólice deverá ser disponibilizada ao Crea-RJ por meio eletrônico, contendo assinatura eletrônica válida.

**5.4.2.** Comunicação de Sinistros – Registro imediato e abertura de sinistro junto à seguradora, com atendimento 24 horas por dia, 7 dias por semana, para aviso de sinistro, por meio de e-mail, telefone, fax ou serviço online, com cobertura em todo o território nacional. Após o registro, a vistoria e liberação do serviço deverão ocorrer em até 05 dias. Nos casos que demandem reboque, o atendimento deverá ser realizado em até 60 minutos.



## **SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**

### **CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO RIO DE JANEIRO – CREA-RJ**

**5.4.3.** Atendimento e suporte 24 horas – disponibilização de canais de atendimento ininterruptos para suporte à Administração, incluindo assistência emergencial, guincho, transporte do veículo e demais serviços previstos em apólice;

**5.4.4.** Análise e liquidação de sinistros – acompanhamento integral do processo de regulação, assegurando celeridade no pagamento das indenizações e/ou execução dos reparos necessários;

**5.4.5.** Relatórios periódicos – envio de relatórios gerenciais contendo histórico de ocorrências, sinistros abertos e encerrados, valores indenizados e situação da cobertura da frota;

**5.4.6.** Vistorias e ajustes – realização de vistorias prévias ou complementares, quando solicitadas, bem como ajustes administrativos necessários à plena execução contratual.

### **Materiais a serem disponibilizados**

**5.5.** Para a perfeita execução dos serviços, a contratada deverá disponibilizar, às suas expensas, todos os instrumentos administrativos e operacionais necessários à operacionalização da cobertura securitária, promovendo sua atualização ou substituição sempre que necessário.

**5.6.** Dentre os itens mínimos a serem disponibilizados, incluem-se:

**5.6.1.** Apólices de seguro individuais e/ou coletivas, devidamente emitidas e registradas, conforme exigências contidas neste Termo de Referência e na legislação vigente;

**5.6.2.** Certificados de seguro e documentação comprobatória das coberturas contratadas;

**5.6.3.** Sistemas informatizados e canais de atendimento (telefônicos, eletrônicos ou presenciais) para abertura de sinistros e solicitações;

**5.6.4.** Materiais de orientação e comunicação ao segurado, tais como manuais, guias e informativos;

**5.6.5.** Demais instrumentos administrativos necessários à plena execução e validade do contrato.



## **SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**

### **CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO RIO DE JANEIRO – CREA-RJ**

**5.7.** A empresa contratada será responsável por manter todos os instrumentos, apólices e canais de atendimento em perfeitas condições de funcionamento, promovendo sua imediata substituição ou atualização em caso de falhas, inconsistências ou descontinuidade.

#### **Informações relevantes para dimensionamento da proposta**

##### **5.8. Cobertura do seguro**

**5.8.1.** Abrangência em todo o território nacional;

**5.8.2.** Perfil de motorista livre.

##### **5.9. Casco**

**5.9.1.** Limite máximo de indenização: 100% (cem por cento) do valor do veículo, conforme Tabela FIPE;

**5.9.2.** Cobertura contra colisão, incêndio, roubo e furto.

**5.10.** A seguradora deverá cobrir todos os riscos decorrentes da circulação dos veículos segurados, incluindo despesas de salvamento ou socorro, remoção e transporte até oficina ou local adequado, bem como indenizações correspondentes às seguintes ocorrências:

**5.10.1.** Roubo ou furto total, inclusive danos decorrentes de tentativa;

**5.10.2.** Colisão com veículos, pessoas ou animais, abalroamento, ainda que com veículos do próprio CREA-RJ, e capotamento;

**5.10.3.** Incêndio e explosão, inclusive decorrentes de atos isolados e eventuais de terceiros;

**5.10.4.** Queda em precipícios, pontes ou de agentes externos sobre o veículo;

**5.10.5.** Acidente durante o transporte do veículo por meio apropriado;

**5.10.6.** Submersão total ou parcial em água doce, inclusive em enchentes ou quando





## **SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**

### **CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO RIO DE JANEIRO – CREA-RJ**

estacionado em subsolo;

**5.10.7.** Danos causados por granizo, furacão e terremotos;

**5.10.8.** Danos ocorridos enquanto o veículo esteve em poder de terceiros em decorrência de roubo ou furto;

**5.10.9.** Responsabilidade Civil Facultativa – Danos Materiais e Corporais (RCF);

**5.10.11.** Acidentes Pessoais por Passageiro – Morte ou Invalidez (APP);

**5.10.12.** Cobertura de vidros, faróis, lanternas e retrovisores.

### **5.11. Valor da franquia**

**5.11.1.** A franquia será cobrada exclusivamente nos casos de danos parciais, sendo isenta nos casos de perda total, furto, roubo e nos pequenos acidentes em que os danos sejam causados apenas a terceiros.

### **5.12. Valores das indenizações**

**5.12.1.** O valor dos veículos, considerado na proposta deverá corresponder a 100% (cem por cento) do valor de mercado, conforme Tabela FIPE.

**5.12.2.** RCF – Responsabilidade Civil Facultativa

- Danos materiais: R\$ 100.000,00
- Danos corporais: R\$ 100.000,00

**5.12.2.** APP – Acidentes Pessoais de Passageiros (inclusive motorista)

- Morte acidental: R\$ 10.000,00
- Invalidez permanente (total ou parcial): R\$ 10.000,00

### **5.13. Dados obrigatórios da Apólice**



## **SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**

### **CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO RIO DE JANEIRO – CREA-RJ**

**5.13.1.** A apólice deverá conter, obrigatoriamente:

- Valor referenciado do casco – 100% Tabela FIPE;
- RCF – Danos Materiais;
- RCF – Danos Corporais;
- APP – Morte;
- APP – Invalidez Permanente;
- Assistência 24 horas;
- Cobertura de vidros, faróis, lanternas e retrovisores;
- Valor da franquia aplicável aos itens acima.
- Número do registro na SUSEP

### **5.14. Reboque/Guincho**

**5.14.1.** Serviço de reboque com cobertura integral do veículo, sem qualquer restrição quanto ao número de acionamentos individuais por veículo segurado.

### **5.15. Entrega das Apólices**

**5.15.1.** Deverá ser emitida uma apólice individual para cada veículo constante neste Termo de Referência, contendo todas as especificações, com entrega no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, contados a partir da emissão da nota de empenho.

**5.15.2.** O não cumprimento do prazo de entrega da apólice não invalida a cobertura do seguro nem afasta a aplicação das penalidades previstas em lei.

**5.15.3.** A quantidade de veículos poderá ser alterada conforme a necessidade da



## **SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**

### **CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO RIO DE JANEIRO – CREA-RJ**

Administração.

#### **Garantia do serviço**

**5.16.** O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

#### **Procedimentos de transição e finalização do contrato**

**5.17.** Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

### **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

**6.1.** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

**6.2.** Em caso de impedimento, suspensão ou qualquer circunstância que inviabilize temporariamente a execução do objeto contratual, o prazo de vigência será ajustado proporcionalmente ao período de interrupção, mediante o devido registro formal.

**6.3.** As comunicações entre o CREA-RJ e a contratada deverão ser formalizadas por escrito sempre que o ato assim exigir, admitindo-se a utilização de meios eletrônicos, inclusive e-mail e sistemas disponibilizados pela seguradora, desde que assegurada a rastreabilidade e a comprovação de envio e recebimento.

**6.4.** O Crea-RJ poderá convocar o representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

**6.5.** Após a assinatura do contrato, o CREA-RJ poderá convocar o representante da contratada para reunião inicial de alinhamento, destinada à apresentação das condições contratuais, definição dos fluxos operacionais e de comunicação, procedimentos para abertura e acompanhamento de sinistros, critérios de monitoramento da execução contratual e demais disposições necessárias ao adequado cumprimento do objeto.

#### **Preposto**



## **SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**

### **CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO RIO DE JANEIRO – CREA-RJ**

**6.6.** O contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando o instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

**6.7.** O contratado não necessitará manter o preposto da empresa no local da execução do objeto durante todo o período contratual.

#### **Rotinas de Fiscalização**

**6.8.** A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

#### **Fiscalização técnica**

**6.9.** O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

**6.10.** O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

**6.11.** Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

**6.12.** O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

**6.13.** No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

**6.14.** O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

**6.15.** A fiscalização administrativa não exclui nem reduz a responsabilidade do contrato, inclusive



## **SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**

### **CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO RIO DE JANEIRO – CREA-RJ**

perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

**6.16.** As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa SEGES/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

#### **Fiscalização Administrativa**

**6.17.** O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

**6.18.** Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

**6.19.** Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá as normativas internas de fiscalização do CREA-RJ.

#### **Gestor do Contrato**

**6.20.** Cabe ao gestor do contrato:

**6.20.1.** Coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

**6.20.2.** Acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.



## **SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**

### **CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO RIO DE JANEIRO – CREA-RJ**

**6.20.3.** Acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

**6.20.4.** Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

**6.20.5.** Tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

**6.20.6.** Elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

**6.20.7.** Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

**6.20.8.** Receber e dar encaminhamento imediato:

- Às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto nº 12.174/2024;
- À notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.



## SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

### CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO RIO DE JANEIRO – CREA-RJ

#### 7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

**7.1** Caso se constate que o contratado deixou de cumprir qualquer item, cronograma ou especificação técnica das parcelas contratuais, o pagamento ficará sujeito a glosas e ajustes financeiros. Tal medida visa assegurar que a remuneração seja equivalente à exata parcela do objeto efetivamente executada e aprovada. A glosa incidirá sobre o valor bruto da fatura proporcionalmente à falha identificada, sem prejuízo da abertura de processo administrativo para aplicação de sanções, como advertências ou multas por inexecução parcial.

##### Recebimento

**7.2.** Dado o início da vigência contratual, deverá a Contratada iniciar os serviços contratados em 48 (quarenta e oito) horas e a apólice poderá ser entregue por meio eletrônico, enviado ao endereço de e-mail: [sflo@crea-rj.org.br](mailto:sflo@crea-rj.org.br).

**7.2.1.** A Apólice de Seguro deverá ser emitida no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, a contar da assinatura do Contrato.

**7.2.2.** Juntamente com a entrega da Apólice, a Contratada deverá apresentar ao setor responsável pelos veículos, a Nota Fiscal/Fatura, enviado para o endereço de e-mail informado no item 7.1, para que, após ateste do Fiscal e do Gestor do contrato, sejam adotados os procedimentos para a efetivação do pagamento.

**7.3.** Caso se constate que o contratado deixou de cumprir qualquer item, cronograma ou especificação técnica das parcelas contratuais, o pagamento ficará sujeito a glosas e ajustes financeiros. Tal medida visa assegurar que a remuneração seja equivalente à exata parcela do objeto efetivamente executada e aprovada. A glosa incidirá sobre o valor bruto da fatura proporcionalmente à falha identificada, sem prejuízo da abertura de processo administrativo para aplicação de sanções, como advertências ou multas por inexecução parcial.

**7. 4.** A Contratada deverá fornecer todo o suporte necessário e suficiente para a dinamização, atendimento e concretização dos vários feitos e etapas do Seguro, conforme informado neste Termo de Referência.

**7.5.** O recebimento se dará somente após a comprovação da emissão da apólice de Seguro.

**7.6.** O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do serviço, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas e por força das disposições legais em vigor (Lei nº 10.406, de 2002).

**7.7.** O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda da Contratada com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.



## **SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**

### **CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO RIO DE JANEIRO – CREA-RJ**

**7.8.** O fiscal administrativo responsável emitirá termo circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentação apresentados, e comunicará a Contratada para que emita a Nota Fiscal ou Fatura com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

**7.9.** O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

**7.10.** O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

**7.11.** Ao final de cada período/evento de faturamento:

**7.11.1.** O fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

**7.12.** Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

**7.13.** A Contratada deverá corrigir, sem ônus adicional para o CREA-RJ, quaisquer falhas, omissões ou inconsistências relacionadas às condições da apólice, aos serviços de assistência e aos procedimentos de regulação e liquidação de sinistros, sendo facultado à fiscalização suspender a autorização de pagamento até a plena regularização das pendências constatadas.

**7.14.** A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

**7.15.** Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

**7.16.** Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

**7.17.** Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:





## SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

### CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO RIO DE JANEIRO – CREA-RJ

**7.17.1.** Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

**7.17.2.** Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

**7.17.3.** Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;

**7.17.4.** Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

**7.17.5.** Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

**7.18.** No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

**7.18.1.** Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

**7.18.2.** O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

### Liquidação

**7.19.** Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

**7.20.** O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei n.º 14.133, de 2021.



## **SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**

### **CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO RIO DE JANEIRO – CREA-RJ**

**7.21.** Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- I)** O prazo de validade;
- II)** A data da emissão;
- III)** Os dados do contrato e do órgão contratante;
- IV)** O período respectivo de execução do contrato;
- V)** O valor a pagar; e
- VI)** Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

**7.22.** Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.

**7.23.** A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei n.º 14.133, de 2021.

**7.24.** A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- I)** Verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;
- II)** Identificar possível razão que impeça a contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

**7.25.** Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

**7.26.** Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para serem acionados



## SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

### CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO RIO DE JANEIRO – CREA-RJ

os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

**7.27.** Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

**7.28.** Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

#### Prazo de Pagamento

**7.29.** O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME n.º 77, de 2022.

**7.30.** No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice INPC de correção monetária.

#### Forma de Pagamento

**7.31.** O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

**7.32.** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

**7.33.** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

**7.33.1.** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

**7.34.** O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

#### Reajuste



## **SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**

### **CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO RIO DE JANEIRO – CREA-RJ**

**7.35.** Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data da assinatura do contrato.

**7.36.** Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA/IBGE, acumulado no período, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

**7.37.** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

**7.38.** No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

**7.39.** Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

**7.40.** Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possam mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vierem a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

**7.41.** Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

**7.42.** O reajuste será realizado por apostilamento.

#### **Cessão de crédito**

**7.43.** As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

**7.43.1.** A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

**7.43.2.** Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público,



## SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

### CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO RIO DE JANEIRO – CREA-RJ

conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios, ou incentivos fiscais, ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei n.º 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

**7.43.3.** O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

**7.43.4.** A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

**7.44.** O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

## 8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

**8.1.** Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a)** Der causa à inexecução parcial do contrato;
- b)** Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c)** Der causa à inexecução total do contrato;
- d)** Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e)** Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f)** Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g)** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h)** Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**8.2.** Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:



## **SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**

### **CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO RIO DE JANEIRO – CREA-RJ**

**8.2.1.** Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

**8.2.2.** Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

**8.2.3.** Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

**8.2.4.** Multa:

**8.2.4.1.** Moratória, para as infrações descritas no item "d", de 5% (cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30(trinta) dias.

**8.2.4.2.** Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

**8.2.4.3.** O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

**8.3.** A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

**8.4.** Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

**8.5.** Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.



## **SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**

### **CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO RIO DE JANEIRO – CREA-RJ**

**8.6.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

**8.7.** A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

**8.8.** A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**8.8.1.** Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

**8.8.2.** Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

**8.9.** Na aplicação das sanções serão consideradas:

**8.9.1.** A natureza e a gravidade da infração cometida;

**8.9.2.** As peculiaridades do caso concreto;

**8.9.3.** As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

**8.9.4.** Os danos que dela provierem para o Contratante; e

**8.9.5.** A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**8.10.** Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

**8.11.** A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com



## **SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**

### **CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO RIO DE JANEIRO – CREA-RJ**

abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

**8.12.** O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

**8.12.1.** As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

**8.13.** As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

**8.14.** Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

## **9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO**

### **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

**9.1.** O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação, na modalidade pregão, sob a forma eletrônica, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço.

### **Regime de execução**

**9.2.** O regime de execução do objeto será de empreitada por preço global, considerando a prestação de serviços de cobertura securitária/proteção veicular para a frota descrita neste Termo de Referência, composta pelos veículos identificados por placa e chassi, conforme quantitativo





## **SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**

### **CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO RIO DE JANEIRO – CREA-RJ**

estabelecido pelo Contratante.

**9.2.1.** A licitante deverá comprovar sua regularidade para atuação no mercado supervisionado pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, observando-se:

**9.2.1.1.** Quando a licitante for Seguradora, deverá comprovar que está devidamente autorizada e regulada para operar no ramo pertinente ao objeto;

**9.2.1.2.** O Crea-RJ fará a comprovação descrita acima mediante consulta ao cadastro oficial da SUSEP ou por documento idôneo equivalente fornecido pelo licitante;

**9.2.1.3.** A apólice deverá ser emitida por seguradora devidamente autorizada, contendo, no mínimo, a identificação completa do segurado, da frota/veículos segurados, coberturas contratadas, valores, franquias, vigência e demais condições aplicáveis, incluindo endossos quando necessários;

**9.2.1.4.** A apresentação da apólice emitida e vigente será condição para o recebimento do serviço e para a liquidação do pagamento.

### **Critérios de aceitabilidade de preços**

**9.3.** Serão aceitas apenas as propostas cujo preço global não ultrapasse o valor total estimado pela Administração, apurado com base em pesquisa de preços e constante do processo administrativo.

**9.4.** O interessado que estiver mais bem colocado na disputa deverá apresentar à Administração, por meio eletrônico, planilha que contenha o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, conforme modelo de planilha elaborada pela Administração, para efeito de exequibilidade.

### **Exigências de habilitação**

**9.5.** Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

#### **Habilitação jurídica**

**9.6. Sociedade empresária:** Inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro



## SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

### CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO RIO DE JANEIRO – CREA-RJ

Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

**9.7. Sociedade empresária estrangeira:** Portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

**9.8. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** Inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a Matriz.

### **9.9. Sociedade cooperativa e consórcios:**

**9.9.1.** Considerando as características e especificidades do objeto da licitação – que exige execução uniforme, padronizada e sob a integral responsabilidade de um único contratado – não se revela adequada a participação de sociedades cooperativas, tendo em vista sua natureza associativa e não empresarial, voltada ao atendimento dos interesses de seus cooperados, o que pode comprometer a isonomia, a competitividade e a regular execução contratual.

**9.9.2.** De igual modo, a vedação à participação de licitantes reunidos em consórcio decorre da natureza e do porte dos objetos licitados, que não justificam a necessidade de reunião de empresas para a sua execução.

**9.10** A seguradora contratada deverá estar devidamente autorizada a operar no território nacional, registrada e habilitada pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), e apresentar os seguintes documentos:

- Portaria, publicada em Diário Oficial, ou Atestado, expedido pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, a fim de comprovar que a licitante detém autorização para operação no ramo de seguros pertinentes ao objeto do certame, conforme descrito no Termo de Referência.
- Certidão de regularidade, expedida pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), dentro do prazo de validade, comprovando que a licitante não se encontra sob regime de liquidação extrajudicial, direção fiscal ou fiscalização extraordinária, nem estar cumprindo



## **SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**

### **CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO RIO DE JANEIRO – CREA-RJ**

penalidade de suspensão imposta pela SUSEP.

#### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

**9.11.** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso.

**9.12.** Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta n.º 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

**9.13.** Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

**9.14.** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

**9.15.** Prova de inscrição no cadastro de contribuintes *Estadual* relativo ao domicílio, ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

**9.16.** Prova de regularidade com a Fazenda Estadual sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

**9.17.** Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estaduais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

**9.18.** O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

#### **Qualificação Econômico-Financeira**

**9.19.** Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do



## SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

### CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO RIO DE JANEIRO – CREA-RJ

interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples.

**9.20.** Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor.

**9.21.** Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

$$\begin{aligned} \text{LG} &= \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \\ \text{SG} &= \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \\ \text{LC} &= \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} \end{aligned}$$

**9.22.** Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.

**9.23.** As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

#### Qualificação técnica

**9.24.** Declaração de que o interessado tomou conhecimento de todas as informações necessárias ao cumprimento das obrigações contratuais, incluindo as características da frota, os riscos envolvidos e as condições estabelecidas no instrumento convocatório.

**9.24.1.** A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação..



## **SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**

### **CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO RIO DE JANEIRO – CREA-RJ**

**9.25.** Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

#### **Qualificação técnico-operacional**

**9.26.** Comprovação de aptidão para a prestação de serviços securitários compatíveis com o objeto desta contratação, mediante apresentação de atestados de capacidade técnica emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem a experiência da proponente na prestação de seguros veiculares.

**9.27.** Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

**9.28.** Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa interessada.

**9.29.** O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

**9.30.** Os atestados deverão referir-se aos serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

**9.31.** Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a idoneidade da entidade emissora.

**9.32.** A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, § § 10 e 11, DA Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

#### **Disposições gerais sobre habilitação**



## **SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**

### **CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO RIO DE JANEIRO – CREA-RJ**

**9.33.** Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

**9.34.** Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcionem no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

**9.35.** Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

**9.36.** Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

**9.37.** Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

## **10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

**10.1.** O custo estimado total foi estabelecido com base no preço da média obtido por meio de pesquisa de mercado realizada durante a fase de planejamento desta contratação.

**10.2.** O valor total estimado é de R\$ 105.843,07 (cento e cinco mil, oitocentos e quarenta e três reais e sete centavos).

## **11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**11.1.** As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos próprios:

Conta Contábil: 5.2.2.1.1.04.09.01.023 – Seguros de bens móveis.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**

**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO RIO DE JANEIRO – CREA-RJ**

Centro de Custo: 1.1.01.001 – Gabinete da Presidência;

Centro de Custo: 2.1.01.001 – Gerência de Fiscalização;

Centro de Custo: 3.5.01.001 – Gerência de Infraestrutura;

**11.2.** A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

**12. DISPOSIÇÕES FINAIS**

**12.1.** As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

**Anexos**

**12.2.** Fazem parte integrante deste Termo de Referência os seguintes documentos:

- Anexo I – Planilha de especificação/descrição dos veículos

Rio de Janeiro, 16 de abril de 2026.

Responsável pela elaboração do Termo de Referência

---

Rodolfo Augusto Cardoso Ribeiro  
Engenheiro Civil  
Matrícula nº 1180

Responsável pela aprovação do Termo de Referência

---

Heloísio Andrade de Moura  
Gerente de Infraestrutura  
Matrícula nº 1383

**Esta página é referente a assinaturas do documento TERMO DE REFERENCIA 026-  
2025 REV 05 CONTRATAÇÃO SEGURO**

**TERMO DE REFERENCIA 026-2025 REV 05 CONTRATAÇÃO SEGURO**



DOCUMENTO ASSINADO POR HELOISIO ANDRADE DE MOURA, MATRICULA 1383, CARGO GERENTE - GERÊNCIA DA INFRAESTRUTURA EM 16/04/2026 ÀS 16:38:08 DO HORÁRIO DE  
BRASÍLIA.  
DOCUMENTO ASSINADO POR RODOLFO AUGUSTO CARDOSO RIBEIRO, MATRICULA 1180, CARGO ENGENHEIRO CIVIL EM 16/04/2026 ÀS 16:33:13 DO HORÁRIO DE BRASÍLIA.  
DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA, PARA VALIDAR ACESSE <https://sistemacrearj.com.br/assinaturas/validarAssinatura/FP6792213> OU UTILIZE O QR CODE.  
CREA-RJ - RUA BUENOS AIRES, 40, CENTRO, CEP 20070-022, RIO DE JANEIRO - RJ





**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**

**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO RIO DE JANEIRO – CREA-RJ**

## **ANEXO I**

### **Planilha de especificação / descrição dos veículos**



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**

**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO RIO DE JANEIRO – CREA-RJ**

**ANEXO I – ESPECIFICAÇÃO E MODELO DOS VEÍCULOS**

**Veículo Renault Kwid Zen 1.0**

O Renault Kwid Zen 1.0 é um hatch subcompacto flex, com foco em economia de combustível e uso urbano, equipado com motor 1.0 12 V e câmbio manual de 5 marchas em todas as versões citadas.

De forma geral, entre as versões 2019/20, 2020/21 e 2021/22 do Renault Kwid Zen 1.0 no Brasil a configuração mecânica é muito consistente (mesmo motor, câmbio, dimensões e capacidades básicas), pode haver pequenas diferenças de potência medida ou peso, mas em alterações profundas de desempenho ou estrutura entre os anos e os equipamentos de série podem variar levemente conforme o pacote, mas itens básicos como direção elétrica, ar-condicionado e ABS são comuns à Zen, conforme demonstrado na tabela resumo dos principais itens técnicos de todos os anos.

Resumo dos principais itens técnicos de todos os anos				
Itens	Especificação técnica	Versão 2019/2020	Versão 2020/2021	Versão 2021/2022
1	Motor	1.0 Flex 999 cc	1.0 Flex 999 cc	1.0 Flex 999 cc
2	Potência	~70/66 cv	~70/66 cv	~70/66-68 cv
3	Torque	~9,8/9,4 kgfm	~10,0/9,6 kgfm	~9,8/9,4 kgfm
4	Câmbio	Manual 5	Manual 5	Manual 5
5	Direção	Elétrica	Elétrica	Elétrica
6	Porta-malas	290 L	290 L	290 L
7	Tanque	38 L	38 L	38 L
8	Velocidade máx.	~152 – 156 km/h	~152 – 156 km/h	~156 km/h
9	0-100 km/h	~ 14,7 s	~ 14,7 s	~ 14,7 s

A presente tabela contempla 28 (vinte e oito) veículos de passeio, destinados à contratação de seguro de frota, todos da marca Renault, modelo Kwid Zen 1.0, com transmissão mecânica, movidos a combustível flex, conforme especificações de fábrica.

Os veículos estão distribuídos entre os anos/modelo 2019/2020, 2020/2021 e 2021/2022, devidamente identificados por placa e número de chassi, garantindo a individualização e rastreabilidade de cada unidade segurada.

Descrição dos veículos Renault Kwid Zen						
Item do TR	Subitem	Marca	Modelo	Ano/modelo	Placa	Número do Chassi
1	1	Renault	Kwid Zen 1.0	2019/2020	ENZ 6B62	93YRBB007LJ120891
	2	Renault	Kwid Zen 1.0	2019/2020	DLP 7J99	93YRBB000LJ137807
	3	Renault	Kwid Zen 1.0	2019/2020	GDO 0H17	93YRBB007LJ138291
	4	Renault	Kwid Zen 1.0	2019/2020	FGX 8B86	93YRBB001LJ138139



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**

**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO RIO DE JANEIRO – CREA-RJ**

5	Renault	Kwid Zen 1.0	2019/2020	ECU 2A50	93YRBB00XLJ138155
6	Renault	Kwid Zen 1.0	2019/2020	DCU 2A60	93YRBB006LJ137956
7	Renault	Kwid Zen 1.0	2019/2020	BKU 7I98	93YRBB009LJ120360
8	Renault	Kwid Zen 1.0	2019/2020	FUA 0G86	93YRBB000LJ120893
9	Renault	Kwid Zen 1.0	2019/2020	EVW 3G60	93YRBB004LJ120217
10	Renault	Kwid Zen 1.0	2020/2021	RKV 1E28	93YRBB002MJ528989
11	Renault	Kwid Zen 1.0	2020/2021	RJW 1D10	93YRBB000MJ494213
12	Renault	Kwid Zen 1.0	2020/2021	RKN 1D12	93YRBB003MJ531951
13	Renault	Kwid Zen 1.0	2020/2021	RJB 1D90	93YRBB003MJ532131
14	Renault	Kwid Zen 1.0	2020/2021	RKB 1E03	93YRBB003MJ532517
15	Renault	Kwid Zen 1.0	2020/2021	RJC 1C58	93YRBB001MJ532676
16	Renault	Kwid Zen 1.0	2020/2021	RKC 1F59	93YRBB002MJ532007
17	Renault	Kwid Zen 1.0	2020/2021	RIX 2G77	93YRBB004MJ529464
18	Renault	Kwid Zen 1.0	2020/2021	RJC 1D56	93YRBB002MJ532282
19	Renault	Kwid Zen 1.0	2020/2021	RIP 1I78	93YRBB007MJ493396
20	Renault	Kwid Zen 1.0	2021/2022	RJB 5B35	93YRBB006NJ024978
21	Renault	Kwid Zen 1.0	2021/2022	RJW 4E04	93YRBB006NJ025595
22	Renault	Kwid Zen 1.0	2021/2022	RJO 5C13	93YRBB009NJ036378
23	Renault	Kwid Zen 1.0	2021/2022	RJW 4E05	93YRBB005NJ037138
24	Renault	Kwid Zen 1.0	2021/2022	RIV 5B24	93YRBB004NJ041150
25	Renault	Kwid Zen 1.0	2021/2022	RJJ 5G17	93YRBB005NJ025295
26	Renault	Kwid Zen 1.0	2021/2022	RJF 5D46	93YRBB006NJ025483
27	Renault	Kwid Zen 1.0	2021/2022	RJD 4H50	93YRBB007NJ025492
28	Renault	Kwid Zen 1.0	2021/2022	RJL 6B88	93YRBB006NJ036287

**Modelo do Veículo Renault Kwid Zen 1.0**



Veículo Fiat Mobi Like

O Fiat Mobi Like 2022/2023 é um veículo compacto, com foco em uso urbano, destacando-se pela economia de combustível, facilidade de condução, baixo custo de manutenção e robustez mecânica. Mantém configuração original de fábrica, sem adaptações ou modificações estruturais, sendo classificado como veículo de passeio padrão, adequado para compor frotas administrativas e contratação de seguro veicular coletivo.

A presente tabela refere-se a 05 (cinco) veículos de passeio, destinados à contratação de seguro de frota, da marca Fiat, modelo Mobi Like, ano/modelo/fabricação 2022/2023, devidamente identificados por placa e número de chassi, assegurando a individualização de cada unidade.

Os veículos enquadram-se na categoria de hatch compacto, com motorização 1.0, transmissão manual, combustível flex (etanol/gasolina) e tração dianteira, mantendo suas características originais de fábrica, sem adaptações ou modificações estruturais.

Descrição dos veículos Mobi Like						
Item	Subitem	Marca	Modelo	Ano/modelo/fabricação	Placa	Número do Chassi
2	1	Fiat	Mobi	2022/2023	RKT 7F97	9BD341ACZPY807097
	2	Fiat	Mobi	2022/2023	RIQ 7F10	9BD341ACZPY809078
	3	Fiat	Mobi	2022/2023	RIV 7E24	9BD341ACZPY808774
	4	Fiat	Mobi	2022/2023	RKE 7F22	9BD341ACZPY807098
	5	Fiat	Mobi	2022/2023	RJN 7J66	9BD341ACZPY808613

Modelo do Veículo Fiat Mobi Like





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO RIO DE JANEIRO – CREA-RJ

Veículo Hyundai HB20 1.0 TM Comfort

O Hyundai HB20 Comfort 1.0 TM é um veículo de passeio com foco em conforto, segurança e eficiência no uso urbano e rodoviário, apresentando boa dirigibilidade, baixo consumo de combustível e manutenção compatível com uso em frotas. Mantém configuração original de fábrica, sem adaptações, sendo classificado como veículo de passeio padrão, apto à contratação de seguro veicular na modalidade frota.

De forma geral, entre as versões 2023/23 e 2023/24 do Hyundai HB20 Comfort 1.0 TM a configuração mecânica permanece consistente, mantendo o mesmo conjunto de motorização, transmissão, dimensões e capacidades básicas, conforme demonstrado na tabela resumo dos principais itens técnicos de todos os anos.

Resumo dos principais itens técnicos de todos os anos		
Itens	Especificação técnica	Versão 2023/2023 e 2023/2024
1	Motor	1.0 Kappa, 3 cilindros, flex
2	Potência	80 cv (etanol) / 75 cv (gasolina)
3	Torque	10,2 kgfm (etanol) / 9,6 kgfm (gasolina)
4	Câmbio	Manual de 5 marchas
5	Direção	Elétrica
6	Porta-malas	300 L
7	Tanque	50 L
8	Velocidade máx.	~161 km/h
9	0-100 km/h	~ 13,5 s

A presente tabela contempla 20 (vinte) veículos de passeio, destinados à contratação de seguro de frota, da marca Hyundai, modelo HB20 Comfort 1.0 TM, com transmissão manual, anos/modelo/fabricação 2023/2023 e 2023/2024, devidamente identificados por placa e número de chassi, assegurando a individualização de cada unidade.

Os veículos enquadram-se na categoria de hatch compacto, com motorização 1.0 flex (etanol/gasolina), tração dianteira e direção elétrica, mantendo suas características originais de fábrica, sem adaptações ou modificações estruturais.

Descrição dos veículos Hyundai HB 20 1.0 TM Comfort						
Item	Subitem	Marca	Modelo	Ano/modelo/fabricação	Placa	Número do Chassi
3	1	Hyundai	HB 20	2023/2023	RKQ 9J50	9BHCP51BAPP434761
	2	Hyundai	HB 20	2023/2023	RKQ 9J51	9BHCP51BAPP434752
	3	Hyundai	HB 20	2023/2023	RKQ 9J52	9BHCP51BAPP434742
	4	Hyundai	HB 20	2023/2023	RKQ 9J53	9BHCP51BAPP434732
	5	Hyundai	HB 20	2023/2023	RKQ 9J54	9BHCP51BAPP434808
	6	Hyundai	HB 20	2023/2024	SRK 2J39	9BHCP51BARP488289
	7	Hyundai	HB 20	2023/2024	SQX 7H52	9BHCP51BARP488287

**Modelo do Veículo Hyundai HB20 1.0 TM Comfort**







**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**

**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO RIO DE JANEIRO – CREA-RJ**

**Veículo Renault Logan Expression HP**

O Renault Logan Expression HP 2013/2013 é um sedã compacto, com foco em uso urbano e rodoviário, destacando-se pelo espaço interno, porta-malas amplo e confiabilidade mecânica. Mantém configuração original de fábrica, sem adaptações, sendo classificado como veículo de passeio padrão.

A presente tabela contempla 02 (dois) veículos de passeio, destinados à contratação de seguro de frota, da marca Renault, modelo Logan Expression HP, com transmissão manual, anos/modelo/fabricação 2013/2013, devidamente identificados por placa e número de chassi, assegurando a individualização de cada unidade.

Descrição dos veículos Renault Logan Expression HP						
Item	Subitem	Marca	Modelo	Ano/modelo/fabricação	Placa	Número do Chassi
4	1	Renault	Logan	2013/2013	LQY 2H55	93YLSR76HDJ774770
	2	Renault	Logan	2013/2013	KZB 7D47	93YLSR76HDJ825330

**Modelo do Veículo Renault Logan Expression HP**





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO RIO DE JANEIRO – CREA-RJ

Veículo Toyota Yaris SA XS 15

O Toyota Yaris XS 1.5 SA 2022/2023 é um hatch compacto, projetado para uso urbano e rodoviário, com boa dirigibilidade, economia de combustível e segurança. Mantém a configuração original de fábrica, sendo classificado como veículo de passeio padrão.

A presente tabela contempla 01 (um) veículo de passeio, destinado à contratação de seguro de frota, da marca Toyota, modelo Yaris XS 1.5 SA, com transmissão manual, ano/modelo/fabricação 2022/2023, devidamente identificado por placa e número de chassi, assegurando a sua individualização.

Descrição do veículo Toyota Yaris SA XS 15						
Item	Subitem	Marca	Modelo	Ano/modelo/fabricação	Placa	Número do Chassi
5	1	Toyota	Yaris	2022/2023	RKU 7I92	9BRBC3F35P8206518

Modelo do Veículo Toyota Yaris SA XS 15







SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO RIO DE JANEIRO – CREA-RJ

Veículo Mitsubishi Triton Sport GL

O Mitsubishi Triton 2022/2023 é um veículo de passeio utilitário, projetado para uso urbano e rodoviário, com robustez, desempenho confiável e capacidade de carga adequada para atividades administrativas e leves transportes. Mantém a configuração original de fábrica, sendo classificado como veículo de passeio padrão.

A presente tabela contempla 01 (um) veículo de passeio, destinado à contratação de seguro de frota, da marca Mitsubishi, modelo Triton, com transmissão manual, ano/modelo/fabricação 2022/2023, devidamente identificado por placa e número de chassi, assegurando a sua individualização.

Descrição do veículo Mitsubishi Triton Sport GL						
Item	Subitem	Marca	Modelo	Ano/modelo/fabricação	Placa	Número do Chassi
6	1	Mitsubishi	Triton	2022/2023	SQY 8J94	93XLJKL1TRCP74192

Modelo do Veículo Mitsubishi Triton Sport GL





**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**

**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO RIO DE JANEIRO – CREA-RJ**

**Veículo Toyota Corolla XEI FLEX**

O Toyota Corolla 2016/2016 é um sedã médio, projetado para uso urbano e rodoviário, com conforto, dirigibilidade estável e confiabilidade mecânica. Mantém a configuração original de fábrica, sendo classificado como veículo de passeio padrão.

A presente tabela contempla 01 (um) veículo de passeio, destinado à contratação de seguro de frota, da marca Toyota, modelo Corolla, ano/modelo/fabricação 2016/2016, devidamente identificado por placa e número de chassi, assegurando a sua individualização.

Descrição do veículo Toyota Corolla XEI FLEX						
Item	Subitem	Marca	Modelo	Ano/modelo/fabricação	Placa	Número do Chassi
7	1	Toyota	Corolla	2016/2016	LSL 5J62	9BRBDWHE5G0303813

**Modelo do Veículo Toyota Corolla XEI FLEX**





**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**

**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO RIO DE JANEIRO – CREA-RJ**

**Van Renault Master Minibus**

A Renault Master Minibus 2016/2017 é uma van de passageiros, projetada para transporte urbano e rodoviário, com capacidade para múltiplos ocupantes, conforto e segurança para passageiros, além de robustez mecânica adequada para uso contínuo em frota. Mantém a configuração original de fábrica, sendo classificada como veículo de transporte de passageiros padrão.

A presente tabela contempla 01 (uma) van de passageiros, destinada à contratação de seguro de frota, da marca Renault, modelo Master Minibus, ano/modelo/fabricação 2016/2017, devidamente identificado por placa e número de chassi, assegurando a sua individualização.

Descrição da van Renault Master Minibus						
Item	Subitem	Marca	Modelo	Ano/modelo/fabricação	Placa	Número do Chassi
8	1	Renault	Master minibus	2016/2017	KRT 9I33	93YMEN47EHJ620550

**Modelo da Van Renault Master Minibus**



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO RIO DE JANEIRO – CREA-RJ**  
**EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.002/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2025400904**  
**UASG CREA-RJ: 389090**

**ANEXO II - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS**

**Ao Crea-RJ**

<b>Razão Social da Proponente:</b>		
<b>Endereço (completo):</b>		
<b>CNPJ/MF nº:</b>	<b>Insc. Estadual nº:</b>	<b>Insc. Municipal nº:</b>
<b>Telefone:</b>	<b>Fax:</b>	<b>E-mail:</b>

**Objeto:** O objeto da presente licitação é a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de seguro total da frota veicular oficial do Crea-RJ, com cobertura abrangendo colisão, incêndio, roubo e furto, na modalidade valor de mercado referenciado, correspondente a 100% (cem por cento) da tabela FIPE, incluindo assistência 24 (vinte e quatro) horas, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência e seus anexos.

**O valor total desta proposta é de R\$ \_\_\_\_\_**  
 ( \_\_\_\_\_ ), conforme abaixo:

Lote	Item	Especificação	CATSER	Unidade	Quantidade	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
único	1	Veículo de passeio Modelo: Kwid Zen 1.0 mecânico Marca: Renault Ano/Modelo: 2019/2020	30127	Unidade	09	R\$	R\$
	2	Veículo de passeio Modelo: Kwid Zen 1.0 mecânico Marca: Renault Ano/Modelo: 2020/2021	30127	Unidade	10	R\$	R\$
	3	Veículo de passeio Modelo: Kwid Zen 1.0 mecânico Marca: Renault Ano/Modelo: 2021/2022	30127	Unidade	09	R\$	R\$
	4	Veículo de passeio Modelo: Mobi Like Marca: Fiat Ano/Modelo: 2022/2023	30127	Unidade	05	R\$	R\$
	5	Veículo de passeio Modelo: HB20 1.0TM comfort Marca: Hyundai Anos: 2023/2024	30127	Unidade	20	R\$	R\$
	6	Veículo de passeio Modelo: Logan Expression HP Marca: Renault Ano: 2013	30127	Unidade	2	R\$	R\$
	7	Veículo de passeio Modelo: Yaris SA XS15	30127	Unidade	1	R\$	R\$

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO RIO DE JANEIRO – CREA-RJ**  
**EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.002/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2025400904**  
**UASG CREA-RJ: 389090**

		Marca: Toyota Ano: 2023					
	8	Veículo de passeio Modelo: L200 Triton sport GL Marca: Mitsubishi Ano: 2023	30127	Unidade	1	R\$	R\$
	9	Veículo de passeio Modelo: Corolla XEI Flex Marca: Toyota Ano: 2016	30127	Unidade	1	R\$	R\$
	10	Van Modelo: Master minibus L3H2 Marca: Renault Ano: 2017	30127	Unidade	1	R\$	R\$
<b>Valor total estimado</b>							<b>R\$</b>

1. Pela presente, declaramos inteira submissão à Lei 14.133/2021 e as cláusulas e condições constantes do Termo de Referência e seus anexos, sobretudo o atendimento das especificações dos itens, que caso não atendido ensejará a desclassificação.
2. Comprometemos a fornecer ao Crea-RJ o objeto licitado, obedecendo às estipulações do correspondente Pregão e às normas legais aplicáveis.
3. O prazo de validade desta proposta é de 90 (noventa) dias.

Local e data.

---

***(Nome e assinatura do representante legal)***



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO RIO DE JANEIRO – CREA-RJ**  
**EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.002/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2025400904**  
**UASG CREA-RJ: 389090**

**ANEXO III - MINUTA DE TERMO DE CONTRATO**

**CONTRATO ADMINISTRATIVO  
Nº 1.00x/2026, QUE ENTRE SI  
CELEBRAM O CONSELHO  
REGIONAL DE ENGENHARIA E  
AGRONOMIA DO RIO DE  
JANEIRO – CREA-RJ E A XXX.**

O **Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio de Janeiro – Crea-RJ**, autarquia federal, ex vi do art. 80 da Lei nº 5.194, de 1966, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 34.260.596/0001-80, com sede na Rua Buenos Aires, nº 40 – Centro – Rio de Janeiro - RJ, doravante denominado **Contratante**, representado neste ato por seu Presidente, **Xxx**, eleito conforme resultado de eleição de xx/xx/xxxx, publicado no DOU em xx/xx/xxxx, e **Xxx**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº XXX, situada na XXX, nº XXX, Bairro – Município - UF, doravante denominada **Contratada**, representada neste ato por seu Xxx, **Xxx**, conforme [atos constitutivos da empresa] ou [procuração apresentada nos autos], tendo em vista o que consta no **Processo nº 2025400904**, e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da Pregão Eletrônico nº 90.002/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)**

**1.1** O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de seguro total da frota veicular oficial do Crea-RJ, com cobertura abrangendo colisão, incêndio, roubo e furto, na modalidade valor de mercado referenciado, correspondente a 100% (cem por cento) da tabela FIPE, incluindo assistência 24 (vinte e quatro) horas, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

**1.2** Objeto da Contratação:

Lote	Item	Especificação	CATSER	Unidade	Quantidade	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
único	1	Veículo de passeio Modelo: Kwid Zen 1.0 mecânico Marca: Renault Ano/Modelo: 2019/2020	30127	Unidade	09	R\$	R\$
	2	Veículo de passeio Modelo: Kwid Zen 1.0 mecânico Marca: Renault Ano/Modelo: 2020/2021	30127	Unidade	10	R\$	R\$
	3	Veículo de passeio Modelo: Kwid Zen 1.0 mecânico Marca: Renault Ano/Modelo: 2021/2022	30127	Unidade	09	R\$	R\$
	4	Veículo de passeio Modelo: Mobi Like Marca: Fiat Ano/Modelo: 2022/2023	30127	Unidade	05	R\$	R\$
	5	Veículo de passeio Modelo: HB20 1.0TM comfort Marca: Hyundai Anos: 2023/2024	30127	Unidade	20	R\$	R\$

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO RIO DE JANEIRO – CREA-RJ**  
**EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.002/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2025400904**  
**UASG CREA-RJ: 389090**

	6	Veículo de passeio Modelo: Logan Expression HP Marca: Renault Ano: 2013	30127	Unidade	2	R\$	R\$
	7	Veículo de passeio Modelo: Yaris SA XS15 Marca: Toyota Ano: 2023	30127	Unidade	1	R\$	R\$
	8	Veículo de passeio Modelo: L200 Triton sport GL Marca: Mitsubishi Ano: 2023	30127	Unidade	1	R\$	R\$
	9	Veículo de passeio Modelo: Corolla XEI Flex Marca: Toyota Ano: 2016	30127	Unidade	1	R\$	R\$
	10	Van Modelo: Master minibus L3H2 Marca: Renault Ano: 2017	30127	Unidade	1	R\$	R\$
<b>Valor total estimado</b>							<b>R\$</b>

**1.3.** Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- a. Termo de Referência;
- a. O Edital da Licitação;
- b. A Proposta da Contratada; e
- c. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

**CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

**2.1** O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura do Contrato, prorrogável sucessivamente por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

**2.2** A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para o Crea-RJ, permitida a negociação com o CONTRATADO, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

**2.2.1.** Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

**2.2.2.** Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

**2.2.3.** Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

**2.2.4.** Haja manifestação expressa do CONTRATADO informando o interesse na prorrogação;

**2.2.5.** Seja comprovado que o CONTRATADO mantém as condições iniciais de habilitação; e

**2.2.6.** Não haja registro no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin).

**2.3.** O CONTRATADO não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

**2.4.** A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

**2.5.** Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO RIO DE JANEIRO – CREA-RJ**  
**EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.002/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2025400904**  
**UASG CREA-RJ: 389090**

**2.6.** O contrato não poderá ser prorrogado quando o CONTRATADO tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

**CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS**

**3.1** O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

**CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO**

**4.1** Não será admitida a subcontratação do objeto contratual, conforme regra estabelecida no item 4.3. do Termo de Referência, anexo a este Contrato.

**CLÁUSULA QUINTA – PREÇO**

**5.1** O valor total da contratação é de R\$ xxxxx (xxxxx).

**5.2** No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

**CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO (art. 92, V e VI)**

**6.1** O prazo para pagamento à **Contratada** e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo deste Contrato.

**CLÁUSULA SÉTIMA – REAJUSTE**

**7.1** As regras acerca do reajuste do valor contratual são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

**CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

**8.1** São obrigações do Contratante, além das previstas no Termo de Referência:

**8.1.1** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

**8.1.2** Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

**8.1.3** Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos, ou incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

**8.1.4** Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

**8.1.5** Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

**8.1.6** Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

**8.1.7** Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

**8.1.8** Cientificar o órgão de representação judicial do Crea-RJ para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO RIO DE JANEIRO – CREA-RJ**  
**EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.002/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2025400904**  
**UASG CREA-RJ: 389090**

**8.1.9** Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

**8.1.9.1.** A Administração terá o prazo de 10 (dez) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

**8.1.10** Responder eventuais pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias;

**8.2** A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

**CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)**

**9.1** São obrigações do contratado, além das estabelecidas no Termo de Referência:

**9.2** O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas.

**9.3** Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

**9.4** Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

**9.5** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

**9.6** Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

**9.7** Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

**9.8** Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

**9.9** Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

**9.10** Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021](#));

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO RIO DE JANEIRO – CREA-RJ**  
**EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.002/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2025400904**  
**UASG CREA-RJ: 389090**

- 9.11** Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021](#));
- 9.12** Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.13** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 9.14** Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;
- 9.15** Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos;
- 9.16** Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, observada a legislação pertinente;
- 9.17** Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;
- 9.18** Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;
- 9.19** Designar formalmente o preposto da empresa, antes da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado;
- 9.19.1** Não será necessária a manutenção de preposto no local de execução do objeto.
- 9.20** Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do Crea-RJ ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do [artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021](#);
- 9.21** Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, aos documentos relativos à execução do contrato;
- 9.22** Disponibilizar central de atendimento ininterrupta acessível via telefone, aplicativo e/ou plataforma web, por meio do qual a Contratante poderá acionar os serviços contratados. O atendimento deverá ser imediato, assegurando resposta emergencial adequada e encaminhamento das providências necessárias diretamente pela seguradora ou por sua rede credenciada.
- 9.23.** Prestar o serviço de assistência 24 horas com tempo de resposta compatível com a realidade geográfica das localidades, incluindo áreas de difícil acesso. A assistência poderá ser prestada diretamente pela seguradora ou por intermédio de rede credenciada, desde que comprovada a capacidade técnica de atendimento adequada ao escopo contratado.
- 9.24.** Iniciar as coberturas imediatamente após a entrega da apólice ao Crea-RJ, sem aplicação de qualquer período de carência.
- 9.25.** Prestar atendimento a sinistros, com prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos para realização de vistoria e liberação dos serviços, contados a partir da formalização do aviso, admitida prorrogação em casos excepcionais, desde que devidamente justificada pela seguradora e previamente autorizada pela Contratante.
- 9.26.** Prestar garantia integral das coberturas contratadas, abrangendo indenizações, reparos, reboques, transporte de passageiros e demais serviços previstos.
- 9.27.** Garantir que a recuperação do veículo, em caso de sinistros, seja em oficina indicada pelo CONTRATANTE, devendo a CONTRATADA cadastrar / credenciar / autorizar a oficina indicada pelo CONTRATANTE na Companhia Seguradora;

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO RIO DE JANEIRO – CREA-RJ**  
**EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.002/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2025400904**  
**UASG CREA-RJ: 389090**

**9.28.** Emitir a apólice em até 5 dias corridos após a assinatura do contrato, abrangendo, no mínimo, as garantias básicas, devendo contemplar, entre outras, as coberturas contra colisão, incêndio, roubo/furto e danos a terceiros;

**9.29.** Emitir UMA ÚNICA APÓLICE contendo a relação dos veículos que ocorrerá por meio eletrônico, não gerando custo para a Contratante.

**CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD**

**10.1** As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

**10.2** Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

**10.3** É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

**10.4** A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

**10.5** Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

**10.6** É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

**10.7** O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

**10.8** O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

**10.9** O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

**10.10** Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

**10.11** Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

**10.12** O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)**

**11.1** Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)**

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO RIO DE JANEIRO – CREA-RJ**  
**EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.002/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2025400904**  
**UASG CREA-RJ: 389090**

**12.1** As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no item 8 e seus subitens do Termo de Referência, anexo a este Contrato.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)**

**13.1** O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

**13.2** O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o CONTRATANTE, mediante justificativa formal de que não dispõe de créditos orçamentários para sua continuidade ou de que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

**13.3.** Nesse caso, a extinção antecipada ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, garantido um prazo mínimo de dois meses para ciência formal do contratado, devendo ser observada a regra do art. 183 da Lei nº 14.133, de 2021 para a contagem deste prazo.

**13.4.** O contrato poderá ser extinto com fundamento na ausência de créditos orçamentários ou na perda de vantagem contratual antes da data de aniversário, desde que ocorra com ônus para o CONTRATANTE, conforme previsto no art. 138, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

**13.5** O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

**13.5.1** Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139](#) da mesma Lei.

**13.6** A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

**13.7** Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

**13.8** O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

**13.8.1.** Do Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

**13.8.2.** Da Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

**13.8.3.** Das Indenizações e multas.

**13.9** A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021).

**13.10** O CONTRATANTE poderá ainda:

**13.10.1** nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

**13.11** O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função no processo de licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES**

**14.1** Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

**14.2** O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato.

**14.3** As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO RIO DE JANEIRO – CREA-RJ**  
**EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.002/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2025400904**  
**UASG CREA-RJ: 389090**

**14.4** As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de Termo Aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

**14.5** Registros que não caracterizam alteração do Contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de Termo Aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)**

**15.1** As despesas com os serviços de que trata o objeto deste instrumento estão a cargo dos elementos orçamentários próprios: Conta Contábil: 5.2.2.1.1.04.09.01.023 – Seguros de bens móveis. Centro de Custo: 1.1.01.001 – Gabinete da Presidência; Centro de Custo: 2.1.01.001 – Gerência de Fiscalização; Centro de Custo: 3.5.01.001 – Gerência de Infraestrutura.

**15.2** A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação do Orçamento respectivo e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)**

**16.1** Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.070, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - PUBLICAÇÃO**

**17.1** Incumbirá ao **Crea-RJ** divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei nº 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto nº 7.724, de 2012.

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO (art. 92, §1º)**

**18.1** Fica eleito o Foro da Justiça Federal no Rio de Janeiro, Seção Judiciária do Rio de Janeiro, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

Rio de Janeiro, XX de XXX de 2026.

**Engenheiro Civil Luiz Carneiro de Oliveira**  
1º Vice-Presidente no exercício da Presidência do Crea-RJ

**XXXX**  
**Representante legal da XXXXXXXX.**

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO RIO DE JANEIRO – CREA-RJ**  
**EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.002/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2025400904**  
**UASG CREA-RJ: 389090**

**TESTEMUNHAS:**

Nome:  
Cédula de Identidade nº:  
Órgão emissor:  
CPF/MF nº:  
Assinatura:

Nome:  
Cédula de Identidade nº:  
Órgão emissor:  
CPF/MF nº:  
Assinatura: